

Literatura e Autoritarismo

Sujeito, Memória e História

Negacionismo e anti-semitismo nos textos da revisão editora

Odilon Caldeira Neto¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo abordar a chegada do Negacionismo ("Revisionismo" do Holocausto) no Brasil, a partir da fundação da Revisão Editora, assim como as estratégias usadas pelos autores desta editora para negar o Holocausto ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial, utilizando alto teor anti-semita em suas argumentações.

Palavras-chave: Negacionismo, Anti-semitismo, Holocausto, Revisionismo Histórico.

Abstract: This paper aims to address the arrival of the Negationism ("Revisionism" of the Holocaust) in Brazil, from the foundation of "Revisão Editora", as well as the strategies used by the authors of this publisher to deny the Holocaust occurred during the 2nd World War, using high anti-Semitic in their arguments.

Keywords: Negationism, Anti-Semitism, Holocaust, Historical Revisionism.

1. Introdução

O constante desenvolvimento do campo historiográfico, aliado ao surgimento de novos métodos e teorias, além do auxílio interdisciplinar faz com que a História² seja palco de debates internos e externos, um contínuo conflito de interpretações.

De acordo com Adam Schaff (1991, p.227), essa constante, antes de negar o terreno objetivo da história, pelo contrário, a confirma. O ato de reescrever e repensar a história é fruto deste desenvolvimento, quebra de paradigmas ou mesmo de "modas" acadêmicas.

O termo Revisionismo Histórico é presença constante dentro deste processo. Abordar um determinado objeto sob uma diferente ótica ou metodologia, normalmente acaba por gerar diferentes compreensões sobre temas e fatos. Dois pesquisadores, ao estudar um mesmo objeto, utilizando-se neste estudo de semelhante arcabouço teórico, certamente acabariam por chegar a conclusões e indagações divergentes em determinados pontos. O ato de reescrever continuamente a história está repleto de exemplos deste tipo, compreensões sobre determinadas épocas estão ligadas diretamente ao mundo atual em que vive o pesquisador, por isso que toda história acaba por se tornar uma história do tempo presente, é função do historiador (e não somente do historiador, assim como de diversas outras áreas do saber) problematizar o passado, a memória, as compreensões e os fatos sob a luz de seu tempo, para buscar soluções e/ou caminhos possíveis.

Voltando ao Revisionismo Histórico, pode-se lembrar da revisão de alguns mitos, visões e conceitos perdurados durante anos na sociedade e na própria historiografia. Tomamos por exemplo o mito da democracia racial brasileira, segundo o qual no país inexistiriam conflitos de cunho étnico. Teoria padrão em estudos historiográficos e sociológicos durante anos, esta idéia foi objeto de uma série de debates, por pensadores como Emília Viotti da Costa, Sergio Buarque de Holanda, dentre outros.

Com a derrubada do mito da democracia racial brasileira, novas perspectivas de estudos surgiram, assim como a busca de soluções (no âmbito político, inclusive) para problemas da sociedade contemporânea. Indício disto é o caráter atual das discussões sobre implantação ou não de cotas para afro-descendentes em concursos públicos como o vestibular, ou mesmo do ensino obrigatório da história e da cultura afro-brasileira nos Ensinos Fundamental e Médio (Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003). O Revisionismo Histórico do mito da democracia racial nos leva a observar as mudanças que determinadas visões sobre o passado

¹ Aluno do programa de Especialização em História Social e Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina e participante do grupo de pesquisa "Grupo de estudos sobre os movimentos autoritários do século XX". E-mail: odi1984@gmail.com

² Utiliza-se neste trabalho da seguinte distinção: História (grafado com a inicial maiúscula) refere-se à disciplina, enquanto história (com a inicial em letra minúscula) refere-se à memória de uma maneira geral.

Literatura e Autoritarismo

Sujeito, Memória e História

acarretam sobre o cotidiano. O Revisionismo Histórico configura-se, deste modo, como um fruto deste constante desenvolvimento historiográfico, capaz de indagar não apenas conceitos metodológicos da História e disciplinas afins, mas também de compreensões sobre os mais variados objetos e fatos.

2. Revisionismo Histórico e a negação do Holocausto

A prática de revisão da História é constantemente aplicada, não somente sobre a própria metodologia, mas também sobre objetos e fatos em si, gerando inúmeras compreensões resultantes destas reflexões, sejam elas convergentes ou divergentes. É necessário ressaltar que esta prática de revisionismo atende aos padrões acadêmicos, que “exigem” de qualquer tipo de pesquisa, a existência de um referencial teórico e metodologia aplicada não somente para legitimar a pesquisa, mas também para qualificá-la.

É necessário abordar estas características do legítimo Revisionismo Histórico para se estabelecer contato com o auto-intitulado “Revisionismo” do Holocausto, ou Negacionismo, como é costumeiramente chamado nos meios acadêmicos e legais, distinção esta feita justamente para que haja uma diferenciação entre revisionistas e negadores do Holocausto. Segundo Pierre Vidal-Naquet (1998, p.12), notório combatente das práticas de falsificações históricas do Negacionismo, as primeiras células negacionistas surgiram na própria Alemanha sob o julgo nacional-socialista.

A partir de fortes indícios de um iminente fim de guerra, autoridades nazistas ordenaram a destruição de uma série de documentos e provas. Tal processo era nada mais que uma artimanha encontrada por estes oficiais para esconder, diminuir ou até mesmo negar os crimes cometidos durante a 2ª Guerra Mundial, dentre os quais o maior genocídio organizado e friamente sistematizado de uma série de categorias de “indesejáveis” ao governo nazista, como judeus, ciganos, homossexuais, negros, comunistas, entre outros – o Holocausto.

A passagem do negacionismo da plataforma política (como ato interno e restrito aos meios oficiais) para o meio público e acadêmico teve como principal idealizador e fundador Paul Rassinier, um ex-prisioneiro dos campos de concentração nazista de Buchenwald e Dora-Nordhausen (Milman, 2000, p.120).

Rassinier, antigo militante da extrema-esquerda francesa era, durante a 2ª Guerra Mundial, membro da Seção Francesa da Internacional Socialista (SFIO) e redator de um jornal clandestino (“*La IV. é République*”). Devido às suas atuações, foi preso em 1944 pela Gestapo e enviado para os campos de concentração.

Livre, após o fim da guerra, retornou à França e começou uma peregrinação por diversas organizações políticas extremistas, tanto de esquerda quanto de direita. Afastou-se gradativamente das tendências esquerdistas, para se aliar a figuras da extrema-direita (Vichystas e colaboracionistas, inclusive) francesa e assumiu gradativamente um caráter fortemente anti-semita, antes mascarado como anti-sionismo ou anti-imperialismo.

O ano de 1951 marca a expulsão de Rassinier da SFIO, após a publicação de seu segundo livro, “A mentira de Ulisses”, em que o autor defende a tese de que a 2ª Guerra Mundial havia sido provocada por um complô judeu internacional de dominação mundial. Tal teoria remete facilmente aos moldes de teoria da conspiração largamente perpetuados pelo livro “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, uma espécie de bíblia do anti-semitismo, que influenciou uma gama variada de anti-semitas, desde o governo Czarista (que foi, aliás, quem encomendou esta fraude) até Adolf Hitler (Cohn, 1969, p.195), passando por brasileiros como Gustavo Barroso (chefe de milícia da Ação Integralista Brasileira, responsável por uma versão traduzida e apostilada deste) e chegando até os atuais negadores do Holocausto.

Rassinier, em um primeiro momento, empreendeu uma relativização do número de mortos nos campos de concentração para, após isto, negar a existência das câmaras de gás e de qualquer programa sistemático do governo nacional-socialista de assassinato de judeus e outros grupos “indesejáveis”.

No que diz respeito à negação da existência das Câmaras de Gás, o maior argumento usado pelos autores negacionistas é o chamado “Relatório Leuchter”. Escrito por Fred A. Leuchter Jr., um suposto engenheiro norte-americano especialista em câmaras de gás. Tal relatório afirma que não haveria indícios de *gaseamento* nos campos de concentração (no caso, Auschwitz-Birkenau e Majdanek). A validade desse relatório é bastante questionável e suas alegações técnicas (assim como a capacidade e legitimidade profissional de Leuchter Jr.) são constantemente refutadas. Cabe ressaltar ainda que os campos de

Literatura e Autoritarismo

Sujeito, Memória e História

concentração em que Rassinier esteve confinado eram “apenas” campos de prisão e trabalho forçado. Desta forma, não haveria como Rassinier presenciar alguma sequer Câmaras de Gás no período e locais em que esteve preso, por motivos óbvios.

Os ideais de Rassinier influenciaram uma variada gama de anti-semitas, sobretudo na França pós-guerra. A seu exemplo, parte de ex-militantes esquerdistas verteram suas atuações para grupos de extrema-direita. Personagens como Serge Thion, Robert Faurisson, dentre outros, militantes ativos do grupo intitulado como “A velha toupeira”, formaram um pequeno grupo em volta de Rassinier que logo se tornou um centro de irradiação de material negacionista.

Não tardou muito e os ideais negacionistas se espalharam por grande parte da Europa e mais tardiamente a outros locais da América Latina, como o Brasil. Atualmente, há uma rede de negacionistas que abrange vários países, dentre os quais alguns autores que ficaram mundialmente conhecidos, não necessariamente por suas obras, mas principalmente pelas batalhas judiciais em que são réus na maioria das vezes (e em muitas destas, condenados). David Irving, historiador britânico que dispunha de um relativo respeito nos meios acadêmicos como historiador militar e de guerras, viu sua “popularidade” desabar após escrever livros negacionistas e ser preso na Áustria – onde a negação do Holocausto é crime. Ernst Zündel, alemão, foi condenado à prisão em seu país de origem, mas acabou sendo preso primeiramente no Canadá, onde ficou detido por um período de dois anos. Após este tempo, foi transferido para a Alemanha, onde foi julgado novamente e atualmente cumpre pena de cinco anos de prisão por negar o holocausto e incitar o ódio contra judeus.

A chegada do negacionismo no Brasil data do ano de 1987. Em um período de crescente mobilização pelas eleições diretas e pelo fim da ditadura militar, surge então o mais famoso livro negacionista brasileiro: “Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século” de autoria de Siegfried Ellwanger, brasileiro descendente de alemães.

Ellwanger, que assina seus livros com o pseudônimo de S.E. Castan (segundo ele para fugir da perseguição sionista), funda a Revisão Editora Ltda., com sede em Porto Alegre/RS, para promover a distribuição de seu livro inicial, além de uma série de outros títulos com forte teor anti-semita e racista, muito deles de autores negacionistas.

A participação de brasileiros, porém, é pequena na Revisão Editora. Grande parte dos livros negacionistas nacionais são de autoria de Ellwanger ou então de Sérgio Oliveira, ex-sargento do Exército brasileiro durante a ditadura militar.

3. Revisão Editora e discurso Anti-semita

Em sua obra inicial, Ellwanger defende a tese de que os verdadeiros culpados, interessados e causadores da 2ª Guerra Mundial foram os judeus, a partir de ações advindas de um governo mundial secreto. Dessa forma, a partir do momento que se coloca o judaísmo como causador da guerra, toda a ação do governo nacional-socialista – inclusive a perseguição sistemática a estes - configurar-se-ia, portanto, como uma legítima *reação*.

Ellwanger apresenta como prova de tal argumento uma suposta declaração de guerra dos judeus aos alemães. Tal prova, porém, trata-se de um recorte da matéria “A Judéia declara guerra à Alemanha”, publicada no jornal inglês “Daily Express”, famoso por seu caráter sensacionalista. O texto apresenta as reações de judeus norte-americanos e ingleses frente às perseguições anti-semitas ocorridas na Alemanha. Como forma de pressionar o governo alemão ou mesmo chamar a atenção da opinião pública dos países em questão, chegou-se a propor um boicote aos produtos alemães. Porém, a forma como foi usada a expressão “declara guerra” passa longe de uma real declaração de guerra (do ponto de vista bélico e político) dos judeus ao povo e ao governo alemão.

A expressão “declara guerra” trata-se de um artifício usado constantemente na mídia em geral, principalmente em jornais. Como exemplo, vale lembrar as inúmeras “declarações de guerra” do governo brasileiro aos altos juros e a inflação durante as seguidas crises econômicas nacionais. Porém, a forma apresentada por Ellwanger não leva em consideração nenhuma destas implicações, de suma importância. Retira-se todo o contexto em que a matéria foi escrita, o momento político e econômico, além de não

Literatura e Autoritarismo

Sujeito, Memória e História

mencionar que já estava em prática parte da política anti-semita do governo nacional-socialista, como o boicote aos estabelecimentos comerciais judaicos e banimento destes do serviço público e civil.

Além de tudo, tal “declaração” data de março de 1933, ano em que Hitler assumiu o cargo de chanceler na Alemanha, anos antes do início da 2ª Guerra Mundial. O que se vê no argumento de Ellwanger é uma total distorção desta matéria. Uma simples manchete, proveniente de um tablóide, transformou-se numa “autêntica” declaração de Guerra.

Atos explícitos de racismo e preconceito como a “Noite dos Cristais”, (em que milhares de alemães, comandados e incitados por oficiais nazistas saem às ruas para depredar e incendiar estabelecimentos comerciais de propriedade de judeus e sinagogas), são tratados pelo autor como manifestações legítimas de indignação e reação a uma latente escravização do povo alemão pela maquiavélica comunidade judaica.

Para Ellwanger o que provocava a revolta no povo alemão devia-se muito aos resultados da 1ª Guerra Mundial. Isto não é nenhuma novidade para qualquer pessoa interessada no fenômeno nacional-socialista alemão. Um dos maiores motivos de ascensão do nazismo e sua aceitabilidade popular foram justamente os preconceitos e as feridas que ainda estavam abertas no povo alemão, muitas delas provenientes do Tratado de Versalhes, onde segundo os nazistas, o Império Germânico tinha sido covardemente roubado e humilhado. Tal argumento é bastante usado por Ellwanger, que adiciona ainda o que ele chama de espoliação pós-2ª Guerra, causada pelo “Holoconto”.

A situação precária em que se encontrava a Alemanha pós-1ª Guerra era causada, em grande parte, pelo que Ellwanger (e diversas outras categorias de anti-semitas) chama de “judaísmo internacional”. É o velho preconceito anti-semita que cria o mito de dominação mundial dos judeus, dominação essa que se daria via conspiração política, econômica e cultural. Além da própria suposta dominação judaica, contava muito o fato dos judeus “não se misturarem” aos alemães.

Segundo Ellwanger, o que se via na Alemanha pré-nazista era a maioria esmagadora da população alemã subjugada por uma minúscula parcela de judeus, praticamente uma ordem escravocrata. Além de controlar a mídia e os bancos alemães e europeus (afinal de contas, o problema eram os judeus como um todo, não apenas os que viviam na Alemanha), esses judeus não eram *verdadeiramente* alemães, pois viviam isolados em comunidades, casando-se só entre eles e empregando e beneficiando-se mutuamente, de maneira excludente ao povo alemão, o real necessitado. Coloca-se então, o judeu (ou “judaísmo internacional”) como um ser alienígena dentro de uma sociedade, um câncer social a ser execrado. Dessa maneira, vivendo à parte da sociedade, os judeus conseguiam praticar todas suas ações de dominação e manipulação mundial, em que o “mito” do Holocausto seria uma dentre tantas outras.

Além de “Holocausto: Judeu ou Alemão?”, Ellwanger publicou outros títulos com o mesmo teor editorial negacionista e anti-semita. Em “S.O.S para Alemanha – Separada, Ocupada, Submissa”, ele analisa as reações contrárias a seu livro inicial, além de apresentar supostas provas da existência de um complô que visa manter a mentira do Holocausto, complô este a cargo do governo secreto judaico.

Ellwanger é a figura principal da Revisão Editora, porém Sergio Oliveira também tem alguns títulos lançados, onde o discurso preconceituoso contra os judeus é igualmente perpetuado. Em “Sionismo x Revisionismo – Fantasia x Realidade”, Oliveira busca traçar um paralelo entre o desenvolvimento da disciplina historiográfica e o surgimento do “revisionismo” do Holocausto. Diferentemente de Ellwanger, Sérgio Oliveira aparenta ter uma maior preocupação em soar acadêmico e legitimar seu discurso com uma pseudo-metodologia. Porém, esta pretensão não consegue esconder um velado discurso anti-semita.

Em “Hitler – Culpado ou inocente?”, Oliveira nega a existência das Câmaras de Gás, e ainda que grande parte das mortes judaicas ocorridas no período durante a 2ª Guerra Mundial foram obras dos próprios judeus. Essas mortes seriam apenas mais uma das artimanhas do suposto governo judaico mundial secreto de conseguir o seu ideal maior: a criação do Estado de Israel. Oliveira compartilha ainda da idéia de Ellwanger que afirma que os “verdadeiros” causadores da 2ª Guerra Mundial foram os judeus. Na conclusão de seu livro, afirma que as mortes de judeus na guerra não ultrapassaram a cifra de 500 ou 600 mil pessoas e reafirma a tese de que os judeus foram os reais vilões da história:

Literatura e Autoritarismo Sujeito, Memória e História

“Em primeiro lugar, é preciso compreender que essas mortes ocorreram numa situação muito especial: **os judeus estavam em guerra contra a Alemanha** (grifo nosso) nacional-socialista, seja através de ações concretas de sabotagem ao esforço de guerra alemão ou empreendimentos de guerrilhas, seja por meio de uma ação sub-reptícia dos agentes sionistas infiltrados nos governos inimigos da Alemanha [...] Estando em guerra, os judeus haveriam de apresentar sua quota de sacrifício em vidas humanas, como de resto ocorreu com todos os beligerantes que tomaram parte do conflito.” (Oliveira, 1989, p. 135)

Tanto na obra de Siegfried Ellwanger, quanto de Sérgio Oliveira, o discurso negacionista referente às Câmaras de Gás faz relação ao já citado “Relatório Leuchter”. Ellwanger inclusive publicou um livro em que apresenta este relatório, sob o título de “Acabou o Gás!... O Fim de Um Mito - O Relatório Leuchter”. Dentre todos os títulos negacionistas distribuídos e publicados pela Revisão Editora, “Holocausto: Judeu ou Alemão?” é o que contém mais edições (cerca de 30 edições, de acordo com dados da própria editora) e vendas (Equipe de reportagem do RS, 1991, p.82), além de ser constantemente elogiado como uma das mais completas obras negacionistas existentes, afirmação logicamente provinda dos próprios negacionistas.

4. Negacionismo e Justiça Brasileira

Desde o lançamento de “Holocausto Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século” em 1987, uma extensa batalha judicial perdurou até o ano de 2003. De um lado Siegfried Ellwanger e a Revisão Editora e do outro lado seus críticos. Os maiores adversários da Revisão Editora e do negacionismo no Brasil são grupos de defesa de direitos humanos e entidades judaicas que visam o combate ao anti-semitismo e a proteção da memória dos milhões de vítimas do Holocausto.

Em um primeiro momento, a tática utilizada para barrar tal negacionismo foi um boicote ao mesmo, pois se temia que a abertura de um processo acabasse por trazer publicidade ao negacionismo. Entretanto, ficou constatado que esta prática não era muito válida, pois não trazia resultados substanciais. Após certo tempo esta disputa passou aos tribunais gaúchos (pelo fato da editora situar-se em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul), onde uma verdadeira batalha foi travada. Ellwanger conseguiu uma série de liminares e *habeas corpus*, até que em determinado momento, a questão chegou ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, onde Ellwanger foi condenado pelo crime de racismo, em última instância, com denegação do pedido de *habeas corpus* nº. 82.424.

Ellwanger fora julgado pelo conteúdo de “Holocausto Judeu ou Alemão?”, além da distribuição (via Revisão Editora) dos seguintes títulos: “O Judeu Internacional”, de Henry Ford, 2ª reedição, 1989; “A História Secreta do Brasil”, de Gustavo Barroso, 1ª reedição, 1990; “Protocolos dos Sábios de Sião”, apostilado por Gustavo Barroso, 4ª reedição, 1989; “Brasil Colônia de Banqueiros”, de Gustavo Barroso, 1ª reedição; “Hitler - Culpado ou Inocente”, de Sérgio Oliveira, 2ª edição, 1990 e “Os Conquistadores do Mundo - Os Verdadeiros Criminosos de Guerra”, de Louis Marschalko, 3ª edição. As obras da editora Revisão foram proibidas de circulação.

Porém, há uma rede de apoio mútuo entre autores e leitores negacionistas, que conta com suporte de diversas organizações anti-semitas. A internet é um meio largamente utilizado para disseminação de material anti-semita e negacionista, inclusive no Brasil.

Páginas de internet neonazistas como valhalla88.com e whitepowersp.org (atualmente fora do ar) exibiam mensagens de apoio a Ellwanger e aos ideais da Revisão Editora. O controle, do ponto de vista jurídico, de sites de internet é bastante complexo, tendo em vista que muitos destes ficam hospedados em servidores estrangeiros - onde práticas como anti-semitismo e racismo não são considerados crimes - justamente por proteção (Jesus, 2006, p. 151). O próprio *website* da Revisão Editora ficou hospedado durante certo tempo em um conhecido servidor estrangeiro que abriga diversas páginas racistas (www.libreopinion.com).

Atualmente a Revisão Editora não conta com uma página oficial na internet, porém é fácil encontrar os livros a venda em páginas de leilão virtual, sebos e livrarias *on-line*.

Além do próprio discurso anti-semita e preconceituoso, certos episódios mostram a contribuição dos livros negacionistas para a formação de grupos neonazistas no Brasil. Em maio de 2005, em pleno aniversário de rendição nazista (60 anos), um grupo de cerca de oito *skinheads* neonazistas atacaram três estudantes judeus com idade entre dezenove e vinte e sete anos. Em investigação (mandado de busca e apreensão),

Literatura e Autoritarismo

Sujeito, Memória e História

nas casas dos jovens presos pelo crime, foram encontrados diversos materiais de propagandas racistas e discriminatórias, além de exemplares de livros da Revisão Editora (Fuhrmann, 2004). Deste modo, a atenção destinada ao Negacionismo não deve ser referente apenas aos conteúdos dos livros, mas também a toda teia de relações em que eles se inserem.

5. Negacionismo e mentira organizada

Os argumentos presentes no discurso negacionista passam longe do rigor e seriedade acadêmica, são elementos panfletários, extremistas. É a negação da memória. Vale novamente lembrar como um dos críticos e combatentes ao negacionismo, Pierre Vidal-Naquet, define os negadores do Holocausto: “Assassinos da Memória” (1998, p.37)³.

É justamente na motivação e nos argumentos dos negadores do Holocausto que encontramos os mais sólidos argumentos para a análise crítica desta prática. O judeu nestes é tratado constantemente como um ser conspiratório, elemento ativo de uma organização secreta diabólica. No negacionismo, o Holocausto é apresentado como uma das maiores e inúmeras formas do “judaísmo internacional” lançar suas garras sobre o mundo, controlando as finanças, os meios de comunicação, a mídia e conseqüentemente, a civilização mundial.

O perigo do negacionismo não está apenas em deformar e negar o Holocausto e diversos outros acontecimentos da história da 2ª Guerra Mundial. Ele age como uma mentira organizada, destinado a destruir tudo o que nega e aos que se opõe aos seus argumentos.

Hannah Arendt (2001, p. 285) alerta para o perigo da mentira moderna. Segundo Arendt, diferentemente da mentira tradicional - cujo maior objetivo é ocultar a verdade -, a mentira moderna busca destruir a verdade, e é neste ponto que mora o perigo do uso da mentira moderna como instrumento político. De acordo com a autora, este tipo de mentira tende a idealizar uma reconstrução da realidade, onde tudo se encaixa perfeitamente a partir da descoberta desta nova verdade, que por sua vez destronou a “antiga”.

O Negacionismo age desta maneira, ao colocar em evidência uma suposta nova realidade, em que a descoberta de um elemento (no caso, a “farsa do Holocausto”) muda toda a trama não somente da 2ª Guerra Mundial, mas também da realidade mundial. Se o Holocausto é uma invenção destinada a manipular as pessoas e governos dos países, a descoberta de sua falsidade quebraria uma teia de relações sustentada em uma grandiosa mentira. Além disto, tornaria visível a existência de um complô que supostamente subjugaria a humanidade em sua história.

Arendt sinaliza ainda que este tipo de mentira organizada tende a criar uma aura de verdade, tão perfeita em si, que tem a capacidade de substituir a realidade. Dessa forma, “uma trama factual sem remendos, falhas ou rachaduras” é bastante interessante para quem busca uma realidade supostamente auto-explicativa.

Sabemos que a história não funciona desta maneira, não segue uma linearidade lógica ou previsível, não deve ser explicada por um, dois ou mesmo três elementos, mas sim a conjunção de inúmeros destes. Para o negacionismo, que age como uma mentira organizada, a história da 2ª Guerra Mundial é explicada a partir da queda de duas supostas mentiras: o início da guerra, que seria então causado pelos próprios judeus, e o fim da mesma, em que o “judaísmo internacional” cria uma mentira com proporções gigantescas (Holocausto) para continuar seus planos de dominação mundial. A realidade política e social não apenas do período bélico, mas também atual explicar-se-ia a partir de uma dicotomia em que o mundo seria dividido entre subjugados (maioria da humanidade) e subjulgantes (complô judaico de dominação mundial).

6. Memória histórica e Holocausto

A manutenção da memória de vítimas e sobreviventes do Holocausto é uma das maiores formas de se manter viva a história. Com o passar dos anos, grande parte dos sobreviventes do Holocausto já faleceu

³ Tal livro não é mais editado pela Editora, conforme a mesma nos comunicou. No entanto, existe uma versão da obra disponível em língua francesa e inglesa, no site “*Ressources documentaires sur le génocide nazi et sa négation*”, (disponível em <http://www.anti-rev.org> – acesso em março de 2007).

Literatura e Autoritarismo

Sujeito, Memória e História

pelos mais variados motivos. Em alguns anos provavelmente não haverá mais testemunhas oculares. É dever, portanto, salvaguardar esta memória, não apenas pessoal, mas coletiva.

As particularidades e horrores do Holocausto não devem ser esquecidos, é parte da função da História e dos historiadores (assim como profissionais de diversas outras áreas do saber) preservarem a memória. O genocídio choca não apenas por seus números, mas também pelos seus métodos e frieza. Para Boris Fausto (2006, p.141),

“[...] nem a discriminação genérica, nem os *pogroms*, nem mesmo a expulsão dos judeus da Península Ibérica, para ficar em um exemplo histórico ancestral, equivalem aos objetivos de um regime que, desde o início da Segunda Guerra Mundial, decidiu erradicar da face da terra o “bacilo judaico”, embora levasse algum tempo para encontrar a fórmula mais eficaz de extermínio.”

Métodos e concepções divergentes referentes tanto a metodologias quanto à própria historiografia sempre existirão, e isto é um indício do caráter saudável da pesquisa histórica. Porém, é necessário sempre estar atento contra falsificações que pretendem não apenas distorcer a história, mas também a sociedade. Combater preconceitos é algo inerente ao ofício do historiador. Além disso, a problematização da história ajuda-nos a lançar novos olhares sobre o passado, de forma com que a compreensão não somente do passado, mas também do presente seja afetada.

É este ato, de repensar, redescobrir e reescrever a história que deixa a memória e a disciplina vivas, desde que seja feita com compromisso social e seriedade profissional.

Referências Bibliográficas

- “A história do livro mais perseguido do Brasil”. Equipe de reportagem do RS “O jornal do Jockymann”. Porto Alegre: Revisão, 1991.
- ARENDETT, Hannah. “Entre o passado e o futuro”. 5ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. “Da monarquia à república: momentos decisivos”. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CASTAN, S.E. “Acabou o Gás!... O fim de um mito: O Relatório Leuchter sobre as alegadas Câmaras de gás de Auschwitz Birkenau e Majdanek”. 5ª ed. Porto Alegre: Revisão, 1989.
- _____. “Holocausto Judeu ou Alemão: Nos bastidores da mentira do século”. 13ª ed. Porto Alegre: Revisão, 1987.
- _____. “SOS para Alemanha: Separada, Ocupada, Submissa”. Porto Alegre: Revisão, 1990.
- COHN, Norman. “A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade? Análise dos protocolos e outros documentos”. São Paulo: IBRASA, 1969.
- FAUSTO, Boris. “A interpretação do Nazismo na visão de Norbert Elias”. MANA 4(1): 141-152, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2429.pdf> Acesso em julho de 2006.
- FUHRMANN, Leonardo. “Nazistas atacam no Sul”. Disponível em: <http://www.pazagora.org/impArtigo.cfm?IdArtigo=324>, Acesso em Julho de 2007.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. “Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância”. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- “Lei nº. 10.639” de 09 de janeiro de 2003, disponível para consulta no site http://www.sinprosp.org.br/arquivos/especiais/LEI_No_10639.pdf, Acesso em dezembro de 2007.
- MILMAN, Luis. & VIZENTINI, Paulo Fagundes. (org.) “Neonazismo, negacionismo e extremismo político”. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS); CORAG, 2000.
- OLIVEIRA, Sérgio. “Hitler: Culpado ou Inocente?”, Porto Alegre: Revisão, 1989.
- _____. “Sionismo x Revisionismo: Fantasia x Realidade”. Porto Alegre: Revisão, 1993.
- SCHAFF, Adam. “História e verdade”. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. “Os assassinos da memória: O Revisionismo na História”. Campinas: Papirus, 1998.